

**TutPrv no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.548.141 - MT
(2019/0213969-2)**

RELATOR : MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE
REQUERENTE : ALEXANDRE RUSSI
REQUERENTE : GERSI RUSSI
REQUERENTE : SELUI LURDES REBESCHINI
ADVOGADOS : SEBASTIÃO MONTEIRO DA COSTA JUNIOR - MT007187
GUSTAVO EMANUEL PAIM - MT014606
HAIANA KATHERINE MENEZES FOLLMANN E OUTRO(S) -
MT018024
CAMILA ALVES BELLEZZIA - MT025242
REQUERIDO : BANCO DO BRASIL SA
ADVOGADOS : JOSE ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA - MT019081A
SERVIO TULIO DE BARCELOS - MT014258

EMENTA

PEDIDO DE TUTELA PROVISÓRIA DE URGÊNCIA. CONCESSÃO DE EFEITO SUSPENSIVO A RECURSO ESPECIAL. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. PLANO DE SOERGUMENTO. SUPRESSÃO DAS GARANTIAS REAIS E FIDEJUSSÓRIAS PELA ASSEMBLEIA GERAL DE CREDORES. SUSPENSÃO DA EXECUÇÃO EM DESFAVOR DOS COOBRIGADOS. APARENTE DISSONÂNCIA COM A ORIENTAÇÃO QUE PREVALECEU NA TERCEIRA TURMA DESTA CORTE. RISCO DE DANO EVIDENCIADO. LIMINAR DEFERIDA.

DECISÃO

Trata-se de requerimento de tutela provisória de urgência formulado por Alexandre Russi e outras, objetivando a atribuição de efeito suspensivo ao recurso especial interposto contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso assim ementado (e-STJ. fls. 217-218):

EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL – CO-DEVEDOR EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL – PROSSEGUIMENTO DA AÇÃO CONTRA OS COEMITENTES – DECISÃO MANTIDA – RECURSO DESPROVIDO.

Sendo os coemitentes também responsáveis, tornam-se solidários pelo débito executado em atenção ao disposto no art. 49, §1º, da Lei n. 11.101/2005, sendo perfeitamente legal a exigência do cumprimento da obrigação avençada em juízo diverso daquele que se processa a recuperação.

Conforme entendimento do STJ “A recuperação judicial do devedor principal não impede o prosseguimento das execuções nem induz suspensão ou extinção de ações ajuizadas contra terceiros devedores solidários ou coobrigados em geral, por garantia cambial, real ou fidejussória, pois não se lhes aplicam a suspensão prevista nos arts. 6º, caput, e 52, inciso III, ou a novação a que se refere o art. 59, *caput*, por força do que dispõe o art. 49, § 1º, todos da Lei n. 11.101/2005”. (REsp 1.333.349/SP).

No caso, a Cédula de Crédito Bancário é título executivo extrajudicial, representativo de operações de crédito de qualquer natureza, notadamente por estar acompanhada do demonstrativo dos valores, nos termos do art. 28, da Lei n. 10.931/2004, estando apto a embasar a execução proposta.

Opostos embargos de declaração, foram rejeitados.

Nas razões do recurso especial, os ora requerentes alegaram ofensa aos arts. 1.022, II, do CPC/2015; 47 e 49, § 2º, da Lei n. 11.101/2005, além da existência de divergência jurisprudencial.

Sustentaram, em síntese: **i)** negativa de prestação jurisdicional por ausência de manifestação do Tribunal de origem acerca da idoneidade do demonstrativo de débito apresentado pelo recorrido e quanto ao cumprimento dos requisitos do art. 28, § 2º, da Lei n. 10.931/2004; **ii)** a necessidade de observância do princípio da preservação da empresa; e **iii)** que o plano de recuperação judicial aprovado por maioria dos credores determinou, nas premissas 3 e 5, a supressão de “todas as garantias fidejussórias e reais existentes em nome dos credores. Consequentemente, com extinção dos avais outorgados, há a nulidade da ação de execução proposta em face dos avalistas sócios administradores” (e-STJ, fl. 262).

No presente arrazoado, afirmam que o *fumus boni iuris* encontra-se demonstrado ante a plausibilidade jurídica das questões aduzidas no apelo especial, uma vez que “não é consentâneo com a recuperação judicial o prosseguimento de execuções individuais após a homologação do plano recuperacional” (e-STJ, fl. 28).

Por sua vez, a permanência dos efeitos do acórdão recorrido certamente acarretará lesão irreparável aos garantes da dívida, que terão que arcar com o seu pagamento em razão do prosseguimento da execução fundada em título extrajudicial, o que evidencia a presença, concomitante, do *periculum in mora*.

À vista desses apontamentos, pugnam os requerentes pela concessão da liminar, *inaudita altera parte*, deferindo o efeito suspensivo ao recurso especial por eles interposto.

Brevemente relatado, decido.

Discute-se no recurso especial a questão relativa à possibilidade de extensão, aos fiadores, avalistas ou coobrigados em geral, da deliberação do plano de recuperação judicial no tocante à supressão das garantias reais e fidejussórias prestadas em benefício da sociedade recuperanda, devidamente aprovada pela assembleia geral de credores pelo quórum legal.

No caso, o Tribunal estadual confirmou a decisão do Juízo recuperacional que declarou a nulidade das cláusulas que previam tais disposições, nos seguintes termos (e-STJ, fl. 221):

O art. 49, § 2º, da LRF, prevê, em regra, que o plano de recuperação deve observar as condições anteriormente contratadas, inclusive quanto aos seus encargos. Contudo, ao final, flexibilizou a regra geral, ressaltando a possibilidade do plano de recuperação estabelecer de modo diverso as obrigações contratadas, inclusive no tange aos encargos, vejamos:

Art. 49...

§ 2º - As obrigações anteriores à recuperação judicial observarão as condições originalmente o contratadas ou definidas em lei, inclusive no que diz respeito aos encargos, **salvo se de modo diverso ficar estabelecido no plano de recuperação judicial** (negritei)

Entretanto, como já dito anteriormente, os agravantes são coemitentes do título executivo extrajudicial. Logo, não se estende a eles as modificações feitas no plano de recuperação, mas tão somente à recuperanda, justificando o prosseguimento do feito executivo em face dos garantidores avalistas.

Diante do exposto, concluo que o princípio da preservação da empresa não tem alcance almejado pelos recorrentes, ao ponto de impossibilitar o prosseguimento do feito de origem em face dos avalistas.

A matéria é objeto de intensa divergência jurisprudencial e doutrinária, não tendo recebido enfrentamento pelo colegiado da Quarta Turma desta Corte até o momento, estando, por outro lado, pendente de apreciação pela Segunda Seção desta Corte no REsp

n. 1.791.924/MT, afetado regimentalmente pela Terceira Turma, atualmente com pedido de vista do Ministro Luiz Felipe Salomão.

A linha argumentativa desenvolvida pelos requerentes, contudo, demonstra considerável grau de plausibilidade, sobretudo porque, ainda que por maioria de votos, prevaleceu no âmbito da Terceira Turma desta Corte o entendimento de que é possível dispor no plano de recuperação judicial a supressão das garantias cambiais, reais ou fidejussórias contra terceiros devedores solidários ou coobrigados em geral, hipótese em que, uma vez aprovado pela maioria, ocorre a vinculação de todos os credores, indistintamente (REsp n. 1.532.943/MT, desta relatoria, julgado em 13/9/2016, DJe de 10/10/2016).

Confira-se, ainda, a ementa de recente julgado, também da Terceira Turma desta Corte:

RECURSO ESPECIAL. PLANO DE RECUPERAÇÃO. 1. DELIMITAÇÃO DA CONTROVÉRSIA. 2. TRATAMENTO DIFERENCIADO. CREDORES DA MESMA CLASSE. POSSIBILIDADE. PARÂMETROS. 3. CONVOLAÇÃO DA RECUPERAÇÃO EM FALÊNCIA. CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA DE CREDORES. DESNECESSIDADE. 4. PREVISÃO DE SUPRESSÃO DAS GARANTIAS REAIS E FIDEJUSSÓRIAS DEVIDAMENTE APROVADA PELA ASSEMBLEIA GERAL DE CREDORES. VINCULAÇÃO DA DEVEDORA E DE TODOS OS CREDORES, INDISTINTAMENTE. 5. RECURSO ESPECIAL PARCIALMENTE PROVIDO.

1. Cinge-se a controvérsia a definir: a) se é possível imprimir tratamento diferenciado entre credores de uma mesma classe na recuperação judicial; b) se é necessária a convocação da assembleia de credores antes da convolação da recuperação judicial em falência na hipótese de descumprimento de obrigação constante do plano de recuperação judicial; c) se a supressão das garantias real e fidejussória estampada expressamente no plano de recuperação judicial, aprovada em assembleia geral de credores, vincula todos os credores da respectiva classe ou apenas aqueles que votaram favoravelmente à supressão. Por unanimidade de votos.

2. A criação de subclasses entre os credores da recuperação judicial é possível desde que seja estabelecido um critério objetivo, justificado no plano de recuperação judicial, abrangendo credores com interesses homogêneos, ficando vedada a estipulação de descontos que impliquem em verdadeira anulação de direitos de eventuais credores isolados ou minoritários.

3. O devedor pode propor, quando antever dificuldades no cumprimento do plano de recuperação, alterações em suas cláusulas, as quais serão submetidas ao crivo dos credores. Uma vez descumpridas as obrigações estipuladas no plano e requerida a convolação da recuperação em falência, não pode a recuperanda submeter aos credores decisão que complete exclusivamente ao juízo da recuperação. Por maioria de votos.

4. Na hipótese dos autos, a supressão das garantias real e fidejussórias restou estampada expressamente no plano de recuperação judicial, que contou com a aprovação dos credores devidamente representados pelas respectivas classes, o que importa na vinculação de todos os credores, indistintamente.

4.1 Em regra (e no silêncio do plano de recuperação judicial), a despeito da novação operada pela recuperação judicial, preservam-se as garantias, no que alude à possibilidade de seu titular exercer seus direitos contra terceiros garantidores e impor a manutenção das ações e execuções promovidas contra fiadores, avalistas ou coobrigados em geral, a exceção do sócio com responsabilidade ilimitada e solidária (§ 1º, do art. 49 da Lei n. 11.101/2005). E, especificamente sobre as garantias reais, estas somente poderão ser supridas ou substituídas, por ocasião de sua alienação, mediante expressa anuência do credor titular de tal garantia, nos termos do § 1º do art. 50 da referida lei.

4.2 Conservadas, em princípio, as condições originariamente contratadas, no que se insereM as garantias ajustadas, a lei de regência prevê, expressamente, a possibilidade de o plano de recuperação judicial, sobre elas, dispor de modo diverso (§ 2º, do art. 49 da Lei n. 11.101/2009).

4.3. Por ocasião da deliberação do plano de recuperação apresentado, credores, representados por sua respectiva classe, e devedora, procedem às tratativas negociais destinadas a adequar os interesses contrapostos, bem avaliando em que extensão de esforços e renúncias estariam dispostos a suportar, no intento de reduzir os prejuízos que se avizinham (sob a perspectiva dos credores), bem como de permitir a reestruturação da empresa em crise (sob o enfoque da devedora). E, de modo a permitir que os credores ostentem adequada representação, seja para instauração da assembléia geral, seja para a aprovação do plano de recuperação judicial, a lei de regência estabelece, nos arts. 37 e 45, o respectivo quorum mínimo.

4.4 Inadequado, pois, restringir a supressão das garantias reais e fidejussórias, tal como previsto no plano de recuperação judicial aprovado pela assembleia geral, somente aos credores que tenham votado favoravelmente nesse sentido, conferindo tratamento diferenciado aos demais credores da mesma classe, em manifesta contrariedade à deliberação majoritária.

4.5 No particular, a supressão das garantias real e fidejussórias restou estampada expressamente no plano de recuperação judicial, que contou com a aprovação dos credores devidamente representados pelas respectivas classes (providência, portanto, que converge, numa ponderação de valores, com os interesses destes majoritariamente), o que importa, reflexamente, na observância do § 1º do art. 50 da Lei n. 11.101/2005, e, principalmente, na vinculação de todos os credores, indistintamente.

5. Recurso especial parcialmente provido.

(REsp n. 1.700.487/MT, Relator o Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, Relator p/ Acórdão o Ministro Marco Aurélio Bellizze, Terceira Turma, DJ de 26/4/2019).

Com efeito, nesta análise perfunctória, que não deve ser interpretada como antecipação do julgamento de mérito, infere-se que a conclusão do acórdão recorrido destoa

do entendimento da Terceira Turma desta Corte, mostrando-se prudente, por ora, a suspensão dos efeitos do aresto objurgado, até que a matéria possa ser julgada de forma mais detida por ocasião do julgamento do recurso especial, quando se analisará, também, as demais questões devolvidas.

Por sua vez, à vista da demonstração do requisito do *fumus boni iuris* e considerando que a manutenção dos efeitos do acórdão estadual impõe risco de expropriação dos bens dos coobrigados durante a execução do plano de recuperação judicial, tenho por atendido também o requisito do *periculum in mora*.

Nessa mesma linha, aliás, são as seguintes decisões monocráticas proferidas em pedidos de tutela provisória de urgência com controvérsia idêntica a dos autos: TutPrv no REsp n. 1.830.719/RS, Relator o Ministro Paulo de Tarso Sanseverino, DJe de 29/10/2019 e TutPrv no REsp n. 1.829.628/RS, Relator o Ministro Marco Buzzi, DJe de 6/9/2019.

Ressalto, por fim, que a suspensão dos efeitos do acórdão recorrido fica limitada, especificamente, ao capítulo que tratou da extensão, aos coobrigados, dos efeitos das cláusulas de supressão de garantias reais e fidejussórias previstas no plano de recuperação da empresa, e da suspensão da execução contra estes, permanecendo hígido, por ora, quanto aos demais pontos.

Ante o exposto, nos termos dos fundamentos acima delineados, defiro o pedido de tutela provisória de urgência para suspender os efeitos do acórdão estadual até o julgamento final do presente agravo em recurso especial.

Comunique-se. Publique-se.

Intimem-se, inclusive o Administrador Judicial, para ciência desta decisão.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília, 29 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator